

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasil Class.: Política Ambiental
Data: 22/01/94 Pg.: 09 18

O Ministério e a Amazônia

RUBENS RICUPERO *

O Ministério e o ministro têm procurado contribuir para atualizar o debate nacional sobre a Amazônia. Minha percepção, ao voltar aos assuntos amazônicos depois de alguns anos, é a de que grande parte do que se diz sobre a Amazônia, no Brasil ou no exterior, é ainda permeada pelos elementos de avaliação dos anos 70. É o que ocorre, por exemplo, com o maniqueísmo que opõe desenvolvimento e preservação ambiental, agroempresa e pequena/média agricultura, exploração predatória da floresta e extrativismo, visão empresarial e visão social, sem falar na dicotomia entre o nacional e o internacional.

Temos podido trazer algum aporte novo e esse debate, procurando enfatizar o potencial positivo da Amazônia pelo interesse que desperta e pela riqueza dos seus recursos naturais e avançando, onde é possível, o conceito do desenvolvimento sustentável aplicado à região, chamando a atenção para a importância de agregar à dimensão econômica do progresso material as dimensões social e ambiental. O mesmo se aplica ao interesse internacional, em si mesmo uma vantagem para nós desde que trabalhado a nosso favor pela obtenção de recursos, cooperação tecnológica e acesso facilitado a mercados para produtos oriundos de atividades que não sejam danosas ao meio ambiente amazônico em geral e à floresta em particular.

A Amazônia mudou e é hoje muito mais autônoma do que na época dos grandes projetos federais dos anos 70, tanto em função do reforço do federalismo trazido pela Constituição, quanto pelo fato de que a região gera e reinveste um volume muito maior e mais expressivo de recursos. O Estado brasileiro, cuja presença na região, ao contrário do que ocorre em outras áreas e setores, continua sendo fundamental para assegurar um desenvolvi-

mento sócioeconômico ambientalmente sadio, enfrenta hoje sérias restrições financeiras e materiais. O meio ambiente assumiu uma dimensão nova nas relações internacionais e, hoje, se às vezes facilita, outras vezes impede a obtenção de recursos financeiros e de cooperação externos. O Brasil vive um novo ciclo de mineração, enquanto a nossa demografia, alterando-se substancialmente, mudou a natureza e a intensidade das migrações internas, afetando o planejamento em forma muito diversa do que se previu na década de 70. O protecionismo ambiental ganha força no comércio internacional, enquanto a economia brasileira se abriu e as tarifas externas declinaram acentuadamente, alterando a natureza da equação que gerou e manteve a Zona Franca de Manaus como um parque industrial voltado para a produção de bens de consumo destinados ao mercado interno.

Tudo isso e muito mais justificam que o governo federal procure atualizar o debate como resposta ao imperativo de novos tempos que fecham um ciclo para abrir-nos outro, muito diverso, mas para o qual nos dirigimos com o benefício das experiências anteriores. Uma nova consciência se impõe sobre a Amazônia, e ao Ministério cabe ajudar a construí-la. Algumas ações concretas traduzem uma nova abordagem do governo federal na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A primeira delas foi a própria aprovação, pelo Congresso Nacional, da medida provisória que criou o Ministério e deu-lhe estrutura e cargos, inclusive no que se refere à Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal. Pode parecer uma tarefa fácil à primeira vista, mas foi preciso um trabalho de intensa negociação, primeiro dentro do Executivo, depois junto ao Congresso, para levar adiante a estruturação. Tivemos êxito em um momento em que o Legislativo se achava absorvido com a CPI do Orçamento, mas a medida

provisória que criou o Ministério só se transformou em lei em 9 de dezembro de 1993 — dois meses depois de editada por primeira vez. Temos agora condições de chamar colaboradores para operar, ampliando os nossos quadros, especialmente na vertente amazônica do Ministério, onde contei até agora com o apoio exclusivo de dois diplomatas do meu gabinete e de oficial de ligação com as Forças Armadas.

Ainda assim, regulamentamos o Conselho Nacional da Amazônia Legal por decreto presidencial e organizamos e realizamos a sua primeira reunião, ocorrida em 3 de dezembro último, aberta pelo presidente Itamar Franco com um discurso substancial em que apresentou a sua visão da política federal para a Amazônia.

Dezenove Ministérios e nove governos estaduais, cinco deles através de seus governadores, estiveram representados na reunião. Pode-se ouvir uma exposição detalhada das ações e planos dos ministérios e das expectativas dos governos estaduais em relação à política federal seguida na região. Decidiu-se a criação de dez grupos de trabalhos setoriais (desenvolvimento sustentável, mineração e garimpo, relações internacionais, vigilância e proteção do território, ciência e tecnologia aplicada, meio ambiente, saúde e aspectos sociais, assuntos florestais, populações indígenas e educação) e um grupo técnico encarregado de elaborar, com base nos subsídios dos ministérios e dos grupos técnicos, a política integrada para a Amazônia. Os ministérios e governos estaduais já começaram a indicar seus representantes nos grupos de trabalho setoriais de seu interesse direto.

Tenho mantido contato com diversos ministérios e com muitas lideranças expressivas da Amazônia para debater uma ação federal renovada e criativa na região amazônica e venho dando atenção prioritária ao conhecimento de alguns temas-chave na

atual equação amazônica: o diagnóstico ambiental produzido pelo IBGE, o garimpo, a área florestal, a pesca, a borracha, os recursos hídricos. Como uma espécie de meta-símbolo, o programa de voluntariado civil para a Amazônia.

A Amazônia tem pressa e expectativas compreensíveis. A renovação de política — e de visão — implícita na criação do Ministério demanda algum tempo, embora não excessivo, e se perfila, realisticamente, como uma herança positiva que o presidente Itamar Franco deseja deixar ao futuro. O tempo de maturação de uma nova política que exige criatividade e mobilização de muitas agências governamentais não exclui, contudo, a necessidade de iniciativas de curto prazo. O diagnóstico ambiental do IBGE identificou claramente os pontos críticos que exigem providências inadiáveis. Sem prejuízo do prosseguimento do zoneamento ecológico-econômico que ingressa em sua segunda fase, a cargo dos estados, já se dispõe de dados suficientes para atacar os problemas: as queimadas promovidas sobretudo por projetos perecíveis, o garimpo, as áreas indígenas, a malária, as fronteiras, a extração predatória de madeiras nobres.

A vocação da Amazônia não é ser "o primo pobre" do Brasil. O Brasil tem na Amazônia um instrumento, um formidável trunfo para o seu desenvolvimento sustentável integral. Nada seremos se relegarmos a região ao esquecimento ou aos erros do passado, ou se a tratarmos com açodamento. Existe vontade política. Cabe agora, nos próximos meses, convertê-la em impulso para iniciar a execução de alguns projetos de ação imediata em setores prioritários. Cabe também aos amazonistas fazer do Ministério uma ferramenta do seu desenvolvimento sustentável, apoiando, incentivando, sugerindo, cobrando, trabalhando em parceria.

* Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal